

O TRABALHO TECNOLÓGICO PRESCRITO AO PROFESSOR: UM PROBLEMA DESVELADO EM ÉPOCA DE PANDEMIA

Angela Maria Zorzo¹
Letícia Lemos Gritti²
Maria Ieda Almeida Muniz³

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo discorrer sobre o trabalho prescrito e o real da atividade do professor vivenciado no contexto pandêmico que ocorreu no período de 2020 e 2021. A pesquisa é bibliográfica, tendo como referência os estudos ergológicos de Yves Schwartz (2000), a ergonomia da atividade, Bronckart (2004/2006) e Machado (2007). A ergonomia da atividade é a ciência que estuda as condições de trabalho em que está inserido o sujeito, isto é, quais condições de trabalho são adequadas para realizar o trabalho prescrito de forma eficaz. Para Bronckart (2004/2006), há um distanciamento entre o trabalho prescrito e o real da atividade, dialogando, assim, com Machado (2007), a qual elenca a importância do professor receber formação continuada para realizar o trabalho prescrito, fato esse que ficou evidente durante a pandemia, momento em que foi prescrito o trabalho tecnológico aos professores que não possuíam habilidades e condições para a realização da atividade prescrita.

Palavras-chave: Ergonomia no Trabalho Educativo. Trabalho prescrito. Formação continuada.

PRESCRIBED TECHNOLOGICAL WORK TO TEACHER: REVEALED A PROBLEM IN TIME OF PANDEMIC

ABSTRACT: This article discusses the prescribed and actual work of the teacher's activity experienced in the pandemic context in 2020 and 2021. The research is bibliographic, concerning the ergological studies of Yves Schwartz (2000), the ergonomics of the activity, Bronckart (2004/2006) and Machado (2007). Activity ergonomics is the science that studies the working conditions in which the subject is inserted, that is, which working conditions are appropriate to carry out the prescribed work effectively. For Bronckart (2004/2006), there is a distance between the prescribed work and the actual activity, thus dialoguing with Machado (2007), who highlights the importance of the teacher receiving continued training to carry out the prescribed work, a fact that became evident during the pandemic, when technological work was prescribed to teachers who did not have the skills and conditions to carry out the prescribed activity.

Keywords: Ergonomics in Educational Work. Prescribed work. Continuing training.

¹ Mestre em Letras- Linguagem, Educação e Trabalho - PPGL do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, Pato Branco, PR. Professora da rede estadual do Paraná. E-mail: angelazorzo@gmail.com

² Doutora em Linguística, pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. Professora efetiva da graduação e Pós-Graduação em Letras da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, campus Pato Branco. E-mail: leticiagritti@utfpr.edu.br

³ Doutora em Linguística Aplicada, pelo LAEL da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Professora efetiva associada da graduação e Pós-Graduação em Letras da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, campus Pato Branco. E-mail: muniz@utfpr.edu.br

Introdução

Há algumas décadas, as políticas de formação de professores no Brasil vêm sendo repensadas. Constantemente são atribuídas aos professores funções além de sua formação, entretanto, não lhes é proporcionado qualificação adequada. Aos docentes, para suprir a demanda, é necessário ter um novo olhar para a educação contemporânea, compreender os novos modelos de suportes educacionais, uma vez que se passa por uma cessação, ou seja, um rompimento no modelo aprender/ensinar devido à inserção de novas tecnologias.

Marc Prensky (2001) define como “imigrantes digitais” as pessoas que são inseridas na tecnologia em idade adulta e “nativos digitais” aquelas que cresceram inseridos nela (dados transpostos para divulgação em site popular, mas oriundos de pesquisa científica publicada em artigo do mesmo ano). Para o autor, a educação é aprender junto, é compartilhar saberes. Ressalta, ainda, que não é o aprendizado que está mudando, mas, sim, as ferramentas agregadas à educação que possibilitam aprender de forma diferente. Entretanto, observa-se que essas mudanças que estão ocorrendo na educação, como cita Prensky, não ocorrem concomitantes com o trabalho prescrito ao professor e com o real da atividade.

Em contexto pandêmico, no ano de 2020, em que a sociedade foi acometida pela proliferação de um vírus, “Coronavírus”, houve a necessidade de isolamento social da maioria da população, principalmente nas escolas. Neste momento, foi prescrito ao professor trabalhos de diferentes formas, principalmente de âmbito tecnológico, trabalho ao qual o professor não estava preparado, devido à falta em sua carreira profissional de formação tecnológica recebida pela instituição para que fosse possível acompanhar os considerados “nativos digitais”, os estudantes e, principalmente, condições para realizar essa atividade em seu espaço de trabalho.

O impacto dessa não formação tecnológica dos professores, durante a pandemia Covid-19, em relação ao trabalho prescrito, tornou-se uma adversidade, tanto para os docentes, como para as instituições educacionais, pois, nesse momento, professores - considerados imigrantes digitais - foram desafiados a fazer uso de ferramentas digitais para assegurar a qualidade do ensino.

O presente estudo propõe uma reflexão sobre o trabalho prescrito ao professor em contexto de pandemia e a atividade real. No contexto da pandemia, o trabalho tecnológico prescrito aos professores não foi condizente às condições que disponibilizavam para realizar a atividade docente, proporcionando aos docentes a aprendizagem esperada pelo seu trabalho, além de não terem sido ofertados aos docentes subsídios para realizar a atividade prescrita.

1 A ergonomia da atividade

A Ergonomia é a ciência que estuda as relações entre “homem e máquina”, preocupando-se com a capacidade produtiva e com a saúde do trabalhador, uma vez que interagem entre si e o meio.

Yves Schwartz, mentor dos estudos sobre a ergologia⁴, iniciados na Universidade de Provence, França, define-a como “uma nova forma de debater a atividade humana, uma maneira de melhor conhecer, e, sobretudo, melhor intervir sobre situações de trabalho, para transformá-las” (SCHWARTZ, 2000, *apud* RIBEIRO, 2021, p. 4). Esse autor busca compreender as diferenças entre o trabalho prescrito e a atividade real.

A ergonomia (ciência que antecedeu os estudos ergológicos), surgiu no pós-guerra, quando pesquisadores franceses iniciaram estudos sobre o trabalho. Por meio de observações das práticas realizadas nos Estados Unidos, inverteu-se o objeto de suas práticas que constituía em adaptar os indivíduos às atividades laborais, passando a pensar-se nas melhorias das condições de trabalho desses indivíduos.

Os estudos da ergonomia, no Brasil, surgiram na década de setenta, trazendo grandes contribuições para a compreensão da atividade prescrita, a qual sofreu rápidas transformações.

A atividade é um processo constante de reorganização de normas – de renormalizações – e é isso que nos institui como seres humanos. As pessoas são únicas e singulares e suas experiências e histórias interferem na realização da sua atividade laboral, levando-as a reorganizar o trabalho que é imposto, fazendo escolhas conforme elas sentem e percebem o mundo [...] dado que o trabalho não é pura execução [...] nada é totalmente previsível ou se repete de um dia para outro, ou seja, haverá sempre uma distância entre o prescrito e o real, em qualquer que seja a situação de trabalho (SCHWARTZ e DURRIVE, 2007, p. 190).

Ao receber o trabalho prescrito, segundo Schwartz (2000), o sujeito é confrontado a fazer escolhas para realizar sua atividade, na qual é necessário debater as normas anteriores, que nem sempre são suficientes para realização do seu trabalho. Dessa forma, cada sujeito busca realizá-la

⁴ O interesse da ergologia está em, nas análises do trabalho, compreender os trabalhadores enquanto sujeitos ético-políticos, sócio-culturais, epistemológicos, enfim históricos. Esse interesse exige um esforço de ‘observar o trabalho com uma lupa’, implicando um aprofundamento das dimensões micro e macrosociais; compreendendo a singularidade dos sujeitos e as diversas conjunturas político-sociais econômicas nas quais se encontram (SCHWARTZ E DURRIVE, 2007). Nessa perspectiva, a Ergologia é uma antropologia e uma epistemologia da existência humana, que aborda o trabalho como uma atividade por meio de métodos e conceitos próprios (Definição encontrada no Dicionário de ergonomia e fatores humanos: o contexto brasileiro em 110 verbetes, escrito por vários autores, 2023).

através do que desejaria que fosse fazendo, buscando alternativas para cumprir as normas prescritas, assim, faz surgir o ser enigmático “uso de si”, ou seja, faz suas escolhas diante de situações vivenciadas.

O “uso de si” pode ser visto de duas formas: o uso de si por si e o uso de si pelos outros. O sujeito faz “uso de si” quando mobiliza seus saberes, seus valores, sua forma de viver e ver o mundo, sua singularidade, o que leva cada ato de trabalho totalmente sozinho, o “uso de si” pelos outros acontece a partir dos outros com quem se trabalha ou que estão envolvidos, direta ou indiretamente, na atividade do indivíduo (SCHWARTZ E DURRIVE, 2007 *apud* RIBEIRO, 2021, p. 5).

Assim, a partir das atividades prescritas, o sujeito, ao recebê-las, nem sempre está capacitado para realizá-las, entretanto, com o intuito de ter êxito, faz o uso de si para si, acionando seus saberes, valores e conhecimentos de mundo para colaborar a fim de cumprir o que lhe é proposto, bem como, por inúmeras vezes, o sujeito faz o uso de si pelos outros, pois através do conhecimento do outro, lhe é possibilitado a realização do trabalho prescrito.

O trabalho prescrito e a atividade real do professor

Foi no contexto da ergonomia francesa que se construíram as noções de “trabalho prescrito” e a de “trabalho realizado”, passando-se a considerar o trabalhador não mais como um mero executor das prescrições, mas como um verdadeiro ator. O *trabalho prescrito* é uma representação do que deve ser o trabalho que antecede a realização efetiva e o *trabalho real* é aquele realizado pelos trabalhadores em situação concreta.

Bronckart (2006, p. 203) afirma que é somente de alguns anos para cá que o trabalho do professor é considerado como um verdadeiro trabalho, tratado, então, como um novo objeto de estudo, procurando apresentar novas visões sobre o agir humano específico. Para Schwartz e Durrive (2007), o trabalho real e o prescrito distanciam-se de forma expressiva.

A distância entre o prescrito e o real é sempre parcialmente ressingularizada, sempre acontece algo novo obrigando o sujeito a fazer escolhas o que leva à “atividade do corpo-si”, a um “debate sobre os valores”. Entretanto, nunca se trabalha sozinho e, dessa forma, a atividade de trabalho é sempre “uso de si, por si e por outro (SCHWARTZ e DURRIVE, 2007, p. 45 *apud* RIBEIRO 2021, p.14)

Há um distanciamento sobre quem prescreve o trabalho para quem o executa, uma vez que esse, ao ser designado, é elaborado por hierarquias, por uma estrutura organizacional com o intuito de descrever como deve ser pensado – uma prescrição cheia de procedimentos e normas - e não como deve ser realizado. Essas prescrições, ao serem recebidas pelo sujeito sobre o que fazer no trabalho, não são suficientes para compreender os sentidos do trabalho a ser realizado.

Para Bronckart (2006), no trabalho real, o professor precisa ter grande domínio do conteúdo que ministra e conhecimento das capacidades cognitivas dos alunos. Já no trabalho prescrito, a lógica é que a instituição elabora o plano a ser seguido e o professor precisa se apropriar dele. Deduz-se, assim, que os alunos aprenderão. Sobre o trabalho real, o autor elenca que “o professor deve ter um domínio sólido do programa, dos conteúdos e das questões em jogo nas matérias a serem ensinadas, assim como deve dispor de um real conhecimento das capacidades cognitivas dos alunos” (BRONCKART, 2006, p. 226). O professor deve ter a capacidade de encaminhar um projeto de ensino predeterminado.

Nas palavras do autor, o trabalho representado, ou executado, é o mais difícil de ser aprendido, pois os docentes regularmente distinguiram a insuficiência e a inadequação de suas próprias capacidades. Bronckart (2006, p. 227) faz ainda outro apontamento, a visível resistência: “resistem a fazer a descrição do que efetivamente ocorre na aula, sem dúvida para mascarar sua dificuldade real de ministrar suas aulas, ao mesmo tempo em que devem gerir a vida da classe e negociar as reações/intervenções dos alunos.” Bronckart afirma que:

“(...) são as interações professor/alunos que constituem o centro da atividade educacional e que a compreensão do trabalho real do professor implica (ou é correlativa) a compreensão das características do funcionamento, não de um aluno-criança tipo, mas de alunos concretos em uma efetiva situação de aula (BRONCKART, (2006 p.229).

Compreende, assim, que, para realizar o trabalho prescrito, o professor não depende somente do que é predeterminado, das normas estabelecidas, mas, sim, das interações professor/aluno em situações concretas em sala de aula. Uma vez que nem sempre as condições de trabalho com os alunos condizem com as prescrições determinadas, já que em uma sala de aula há uma grande diversidade de discentes e que, para cumprir de forma eficaz seu trabalho, o professor necessita de formação continuada, oferecida pelas instituições para, então, realizar o trabalho a ele prescrito.

1.2 Formação continuada ao professor

A formação continuada não é um assunto recente na educação. Há muito se dialoga sobre a importância de os profissionais da educação receberem formação condizente às prescrições que recebem das instituições.

Machado (2007), ao buscar compreender as diferenças que se voltam para a formação de professores, relata que elas são advindas da pouca explicação da concepção de trabalho.

Bronckart (2004/2006 *apud* Machado 2007, p. 78) define que:

O trabalho se constitui, claramente, como um tipo de atividade ou de prática (...) é um tipo de atividade própria da espécie humana, que decorre do surgimento, desde o início da história da humanidade, de formas de organização coletiva destinadas a assegurar a sobrevivência econômica dos membros de um grupo: tarefas diversas são distribuídas entre esses membros (o que se chama de divisão de trabalho), assim, esses membros se veem com papéis e responsabilidades específicas a eles atribuídos, e a efetivação do controle dessa organização se traduz, necessariamente, pelo estabelecimento de uma hierarquia (MACHADO, 2007, p. 78).

Com essas transformações, os trabalhadores precisaram desenvolver capacidades de compreender, processar e aplicar muitas informações e a de comunicar-se efetivamente. Diante dessas alterações, sente-se a necessidade de prescrever a atividade de trabalho, surgindo, então, uma nova ordem imposta ao trabalhador. É preciso que ele se exprima, que fale, que coopere, que seja um sujeito comunicativo, mas que sua comunicação seja prescrita pela empresa.

É importante salientar que as mudanças foram impostas inicialmente pelas instituições governamentais e pelas empresas com elementos avaliativos, constituindo um discurso dominante, o qual se impôs, gerando várias reformas aplicadas na área educacional e que, além de exigir que os métodos e conteúdos fossem renovados, exigiu-se também um novo perfil do profissional de ensino.

Machado (2007) destaca que foi a partir das novas exigências que passaram a ser feitas aos trabalhadores, que pesquisadores começaram a discutir, inclusive, questões relacionadas à linguagem no/ sobre/ como trabalho, mas somente a partir da década de 90 é que passam a ser desenvolvidas pesquisas sobre o trabalho do professor, a partir da visão dos ergologistas, ergonomistas da atividade e dos estudiosos da clínica da atividade.

A partir de uma leitura marxiana, a autora relata como os autores Bronckart (2004), Clot (1999/2006), Amigues (2004) e Saujat (2004) apresentam algumas definições sobre a atividade de trabalho:

- a) É uma atividade situada, pois sofre influência do contexto em que é realizada, a qual pode ser impessoal, uma vez que recebe prescrições de instâncias hierárquicas ou pessoais, pois cada trabalhador a realiza de forma única.
- b) É prefigurada pelo próprio trabalhador quando o trabalhador reelabora as prescrições recebidas para si.
- c) É uma atividade mediada por instrumentos materiais e simbólicos, ou seja, transforma artefatos socialmente construídos em instrumentos de trabalho para si.
- d) É interpessoal, pois envolve indivíduos presentes e ausentes na situação de trabalho.
- e) É, também, transpessoal, quando guiada por modelos de agir preexistentes.
- f) É conflituosa, já que é constantemente desafiada a fazer escolhas em seu modo de agir a partir de outros elementos envolvidos na situação de trabalho, como: do meio, dos artefatos, de outras vozes, das prescrições recebidas, etc.
- g) É uma fonte de aprendizagem de novos conhecimentos e para o desenvolvimento de capacidades do trabalhador, quando lhe é retirado o poder de agir, causando a esses trabalhadores malefícios como estresse, fadiga, etc.

Desta forma, a partir dos conceitos apresentados sobre a atividade, para que o trabalho do professor seja desenvolvido de forma positiva e eficaz, atingindo os objetivos propostos, Machado (2007) afirma que é necessário que o professor, o objeto/meio e o outro recebam formação continuada e artefatos suficientes e adequados para a situação de trabalho exigido.

Dadas essas características do trabalho, pode-se dizer que:

[..] o trabalho do professor não se encontra isolado, mas em uma rede múltipla de relações sociais existentes em determinado contexto sócio – histórico e inserido em um sistema de ensino em um sistema educacional específico[..]”

O trabalho docente consiste em uma mobilização, pelo professor, de seu integral, em diferentes situações de - planejamento, de aula, de avaliação - com o objetivo de criar um meio que possibilite aos alunos a aprendizagem e um conjunto de conteúdos de sua disciplina e o desenvolvimento de capacidade específicas relacionadas a esses conteúdos, orientando-se por um projeto de ensino que lhe é prescrito por diferentes instâncias superiores e com a utilização de instrumentos obtidos do meio social e na interação com diferentes outros que, de forma direta ou indireta, estão envolvidos (MACHADO, 2007, p. 92 - 93)

Entendemos, portanto, que sempre haverá uma distância entre as prescrições do trabalho docente e a atividade real, uma vez que as pessoas são únicas, pois interagem em contextos sociais diferentes (professor/aluno), levando-os a fazer escolhas também diferentes para realizar o que lhe é atribuído. Nas palavras de Freitas (2014), essa distância “[...] é fruto da gestão própria, de si mesmo, do ser humano que trabalha, resolvendo os confrontos pertinentes à situação real do trabalho” (FREITAS, 2014, p. 2 *apud* RIBEIRO, 2021, p. 4).

Nessa perspectiva, a Ergonomia e a Ergologia (ciências que estudam o homem no trabalho) contribui de forma significativa para a compreensão do trabalho prescrito ao professor e de como ele administra as interrupções que se erguem no decorrer da atividade real.

1.3 O trabalho tecnológico prescrito ao professor em época de pandemia

Em 2020, a sociedade, não só a brasileira, mas mundial, viu-se diante de uma pandemia, um vírus que surgiu de repente, afetando grande parte da população, independente de classe social, raça ou qualquer outra diferença existente. Mesmo estando em contextos e locais diferentes, todas sofreram pelas restrições e cuidados necessários para contenção da pandemia

No Brasil, com a educação não foi diferente. Surge, por conseguinte, um grande problema para o setor governamental: de que forma poderia ser garantida a continuidade da educação no estado, uma vez que todos os profissionais da educação e estudantes estavam em isolamento social? A partir desse cenário, é estabelecido um desafio na educação brasileira.

A pandemia fez com que a sociedade se reorganizasse, ou seja, viu-se a necessidade de serviços, que antes eram realizados presencialmente, serem realizados de forma remota. A tecnologia torna-se um elemento protagonista, pois se percebeu que era possível adequar diversos setores de trabalho de forma remota.

Em 2020, quando iniciou a pandemia, a educação sofreu rupturas, pois as aulas foram suspensas. Em vista disso, não se sabia como proceder, pois também não era esperado que o isolamento perdurasse tanto tempo. Entretanto, a pandemia continuou seu processo de avanço. Nesse período, foi percebido que não findaria tão logo as restrições e que medidas urgentes na educação deveriam ser prescritas. A partir do segundo trimestre, aos educadores foi estabelecido o trabalho remoto, ou seja, o professor faria seu trabalho em sua residência,

Outro desafio instaurado: como orientar os profissionais da educação o uso da tecnologia, algo urgente para ser realizado, se em momento algum foi oferecido, aos docentes, formação

adequada? Sabia-se que, em alguns momentos de formação, era dialogado sobre a importância da tecnologia na educação, que os professores deveriam utilizar ferramentas educacionais diferenciadas, entretanto, sabia-se também que para trabalhar com esses novos artefatos, a mantenedora deveria proporcionar um espaço adequado de trabalho, bem como formação continuada a fim de fazer uso em sua prática.

Para que o professor realizasse a atividade solicitada, era necessário internet em sala de aula, o que não acontecia na maioria das escolas, pois esta esteve sempre presente eficazmente no setor administrativo (em algumas escolas), não nas salas de aula. Desta forma, como o professor poderia sentir-se motivado a trabalhar essas ferramentas, se, ao entrar em sala de aula, não seria possível utilizá-las?

Aos professores, a título de exemplificação, o trabalho docente foi atribuído de forma remota, que compreendia, na maioria das escolas, que o professor ministrasse suas aulas de forma *on-line*, em sua residência, usando recursos próprios para realizá-lo, como computador ou celular, além de sua internet. Artefatos adequados que nem todos docentes possuíam, pois, para ministrar uma aula *on-line*, através do *Google Meet*, *Zoom* ou outras plataformas disponíveis, como era solicitado, era necessário possuir bons equipamentos. Sabe-se que nem todas as regiões brasileiras se encontravam nesse contexto, pois, em muitas escolas, não havia internet, assim como muitos alunos não a possuíam em suas casas, e muitos professores não tinham condições adequadas para ministrar aulas *on-line*.

Nesse contexto, até o fato de saber usar plataformas de reuniões virtuais, era uma questão relevante, pois, na maioria das vezes, os professores não tinham operado essas ferramentas. Além disso, como fazer as provas sem ser em sala de aula física? Como verificar o processo de aprendizagem dos alunos? Como fazer uma interação virtual efetiva com eles? Essas questões são só exemplos do que o trabalho real suscitou em tempos de pandemia. No trabalho designado pela escola (e instituições governamentais que gerenciam o ensino nela), constava que era preciso ter aulas síncronas (em que alunos e professor estivessem no mesmo momento na tela do computador), mas como fazê-las? Tudo ao encargo do professor.

Em 2021, ainda em contexto pandêmico, o professor continuou fazendo uso da tecnologia, adaptando-se e utilizando instrumentos particulares como celular, notebooks, internet, entre outros materiais, artefatos esses que deveriam ter sido disponibilizados aos professores para realizarem seu trabalho.

Com o avançar da pandemia, a educação foi se organizando, cada estado com suas especificidades, prescrições de atividades foram atribuídas aos docentes e coube a eles se adequarem para garantir seu trabalho e a aprendizagem dos alunos, sem terem recebido formação continuada adequada para esse contexto, nem recursos. À frente das dificuldades, durante o período da pandemia, as escolas foram se adaptando e buscando formas diferentes de realizar o processo de ensino-aprendizagem, principalmente, o professor, tanto de forma analógica como digital.

Retomando as palavras de Machado (2007), para que o professor desenvolva seu trabalho de forma eficaz, visando alcançar os objetivos de sua profissão, ensino/aprendizagem com os alunos, não basta apenas prescrever o trabalho a ser realizado, mas proporcionar ao docente condições necessárias para que ele o desenvolva de forma positiva. Fato esse observado durante o período de pandemia e que não aconteceu, pois foi determinado o trabalho tecnológico sem formação adequada. A condição pandêmica mostrou para as instituições educacionais o quanto os docentes estavam despreparados para inserir a tecnologia em seu trabalho. Entendemos também que foi um momento atípico na educação, assim como em outros setores, que foram obrigados a se reinventar, aprender novas técnicas para prosseguir seu trabalho. Entretanto, os espaços escolares estavam muito distantes de acompanhar a tecnologia inserida na sociedade.

Nesse cenário, ressaltamos a importância do conceito de ergonomia, anteriormente descrito, como a ciência que estuda as relações entre “homem e máquina”, preocupando-se com a capacidade produtiva e a saúde do trabalhador, uma vez que interação entre si e o meio. Ele é de grande relevância em todo esse contexto, visto que, na pandemia, a saúde do trabalhador (docente) foi, por vezes, negligenciada, ele viu-se obrigado a cumprir o trabalho prescrito pelas instituições, em muitos momentos, sem ter muitas condições de realizar, pois mesmo estando em isolamento, desenvolvendo seu trabalho a partir de sua residência, viu-se obrigado a ocupar-se com seus familiares e com os alunos de forma remota. Fato esse que suscitou diversos problemas de saúde ao trabalhador.

Considerações finais

É evidente e inegável a transformação da sociedade e da educação após o início da pandemia em 2020. Presenciamos contextos e situações de trabalho jamais pensadas antes. Pessoas se resignificaram, buscaram soluções pertinentes para situações que talvez não

imaginassem vivenciar, principalmente, no profissional, visto que surgiram novas formas de vender, prestações de serviço, educação, entre outras, além de surgir novas profissões e de se ter um olhar diferente para tecnologia.

Assim como a sociedade, a educação vivenciou um momento atípico, pois viu-se diante de uma situação em que foi possível perceber a dificuldade e, principalmente, a falta de formação tecnológica dos profissionais para realizar o trabalho determinado. Isso fez com que o professor fizesse o uso de si para si (transformar artefatos pessoais tecnológicos como celular, notebooks e internet, em instrumentos de trabalho) e o uso de si pelos outros (instituições educacionais não disponibilizaram os materiais necessários para realizar efetivamente o trabalho docente). Portanto, o trabalho orientado era muito diferente do real da atividade.

No decorrer dos anos letivos de 2020 e 2021, os professores realizaram o trabalho de acordo com o conhecimento que possuíam sobre tecnologia, uma vez que até o momento do enfrentamento da pandemia, não era possível usar ferramentas tecnológicas na escola. Isso porque a internet, na maioria das escolas, limitava-se ao setor administrativo, e em outras nem possuíam nesse setor, fato esse que contribuía para os docentes não se estimularem a aprender ou a se capacitarem nesse âmbito.

A partir do retorno ao espaço escolar, no segundo semestre de 2021, percebeu-se através de relatos e diálogos entre os professores, a dificuldade da grande maioria dos docentes em trabalhar com as ferramentas tecnológicas e cumprir efetivamente seu trabalho. Entretanto, aos que foram possíveis enfrentar os estudos, mesmo diante das dificuldades durante a pandemia, pôde-se observar que adquiriram um grande aprendizado, assim como outros que buscaram conhecimento tecnológico, individualmente, o que reitera a necessidade de formação continuada aos docentes para realização do seu trabalho, e não apenas a prescrição.

Além das dificuldades citadas, perceberam-se algumas mudanças no espaço escolar - ressaltamos que essa não foi a realidade de todas as escolas, pois sabemos da diversidade escolar que temos em nosso país, na desigualdade do ensino que infelizmente observamos nos espaços escolares. A escola estava modificada, algumas já oferecendo condições mais adequadas para trabalhar com a tecnologia, uma vez que em algumas instituições as salas de aula foram equipadas com *notebooks*, internet e multimídias. Portanto, ofertar condições mais adequadas de trabalho, juntamente com formação continuada propicia motivação, renovação, adequação ao trabalho pelas instituições de ensino ao professor.

Ao citarmos as condições adequadas de trabalho, não nos referimos somente à tecnologia, embora essa tenha sido a temática da nossa escrita, nos referimos também às condições estruturais das escolas, de materiais essenciais para trabalhar adequadamente com os alunos, de carga horária humanitária de trabalho, de quantidade de alunos em sala de aula, entre tantas outras dificuldades que o trabalho docente se defronta para certificar-se que está desempenhando seu trabalho com eficiência.

Por isso, elencamos novamente a importância de ofertar condições de trabalho e artefatos aos docentes para realizar o trabalho designado a eles de forma eficaz. Ressaltamos, também, que as instituições de ensino, ao legislarem o trabalho docente, devem assegurar-se de que o sujeito/professor que o recebe terá condições de realizar essa atividade, não havendo necessidade de readequá-la.

Referências

AMIGUES, R. Trabalho do professor e trabalho de ensino In: A.R. MACHADO. *O ensino como trabalho: uma abordagem discursiva*. Londrina: Eduel, 2004.

BRONCKART, J. P.; MACHADO, A. R. Procedimentos de análise de textos sobre o trabalho educacional. In: MACHADO, A. R. (org.) *O ensino como trabalho: uma abordagem discursiva*. Londrina: Ed. da UEL, 2004.

BRONCKART, J. P.; MACHADO, A. R. Por que e como analisar o trabalho do professor. In: MACHADO, A.; R.; MATENCIO, M.; L. M. (Org.). *Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano*. Campinas: Mercado das Letras. 2006. p. 203-230.

CLOT, Y. *A função psicológica do trabalho*. Tradução Adail Sobral, RJ: Editora Vozes, 1999/2006.

MACHADO, A.; R.I. Por uma concepção ampliada do trabalho do professor. In: GUIMARÃES, A. M. de M.; MACHADO, A. R. COUTINHO, A. (Org.). *O ensino como trabalho: uma abordagem discursiva*. Campinas, SP. Mercado das Letras, 2007.

PRENSKY, Marc. *Nativos digitais, Imigrantes digitais*. 2001. Disponível em: <https://maestrovirtuale.com/nativos-digitais-caracteristicas-e-estudos-de-marc-prensky/> - Acesso em 23 de jan. 2021.

_____. Digital Natives Digital Immigrants. In: PRENSKY, Marc. *On the Horizon*. NCB University Press, Vol. 9 No. 5, October. Disponível em <https://www.marcprensky.com/writing/> Acesso em 13/março/2008, 2001.

RIBEIRO, E. *As dramáticas de estagiários na atividade laboral: uma análise ergodiscursiva do sujeito em dupla prescrição*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo, RS. 2021.

SAUJAT, F. O trabalho do professor nas pesquisas em educação: um panorama. In: MACHADO, A. R. (Org.) *O ensino como trabalho: uma abordagem discursiva*. Londrina: Eduel, 2004, p. 3-34.

SCHWARTZ, Y. *Trabalho e uso de si*. In: *Pró-Posições*. Campinas, Vol. 11, n.2 (32), p.34-50. Tradução Maria Lúcia da Rocha Leão, Revisão Técnica de Maria Inês Rosa, UNICAMP, 2000.

_____. Trabalho e ergologia. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Org.). *Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana*. Tradução Jussara Brito e Milton Athayde et al. Niterói: Eduff, 2007.

Vários autores. *Dicionário de ergonomia e fatores humanos: o contexto brasileiro em 110 verbetes*. 1. ed. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Ergonomia - ABERGO, 2023.

Recebido em: 07/02/2024

Aceito em: 22/09/2024